

Universidades Lusíada

Carvalho, José Eduardo dos Santos Soares, 1939-

Nota de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/5261>

<https://doi.org/10.34628/3575-kh47>

Metadados

Data de Publicação	2008
Palavras Chave	Turismo, Economia, Mercado de capitais, Gestão de pessoal
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 08 (2008)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T11:25:12Z com
informação proveniente do Repositório

Nota de Abertura

A economia entrou no fio da navalha em 2008. No ano anterior tinha começado a dar um ar da sua graça e as perspectivas apontavam para a manutenção da recuperação no futuro próximo. Mas, o despoletar dos problemas no mercado imobiliário e a crise do crédito hipotecário de alto risco (*subprime*) que se lhe seguiu, alastrou-se a todo o sistema financeiro e atingiu toda a economia internacional. Obviamente, existem níveis de incerteza que a economia – *soft science* - não consegue prever.

Não obstante o quadro económico e financeiro internacional, a economia portuguesa continua, moderadamente, a crescer. O “patinho feio” é a taxa de desemprego que, em termos políticos, tem sido a principal arma de arremesso utilizada pela oposição para denegrir a gestão do Executivo responsável pela política económica. O problema é assunto sério e requer uma abordagem teórica isenta para identificar e avaliar os seus determinantes e atender ao carácter transversal que o desemprego assume na vida económica e social.

O crescimento da taxa de desemprego não é sinónimo de não crescimento do emprego na economia. As estatísticas oficiais comprovam que o emprego em Portugal tem vindo a crescer sistematicamente nos últimos anos. A taxa de emprego vem crescendo com a chegada ao mercado de trabalho de mais activos que as empresas não conseguem absorver integralmente, uma vez que se assume que a Administração Pública já tem emprego quanto basta. A procura de trabalho tem sido marcante ao longo dos últimos anos pela tendência ascendente da taxa de actividade que reflecte, entre outros factores, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Nos últimos cinco anos o número de jovens licenciados, dos quais $\frac{3}{4}$ mulheres, cresceu cerca de 20 por cento. Outros factores prendem-se com a dinâmica demográfica e a promoção do envelhecimento activo através de políticas de retenção no emprego dirigidas aos grupos etários mais avançados.

As estatísticas do mercado de trabalho revelam que nas economias desenvolvidas decorre um processo incessante de criação e destruição de emprego compatível com a formulação de *Schumpeter* do crescimento económico. Este facto foi recentemente estudado na economia portuguesa com um trabalho produzido por analistas do Banco de Portugal, publicado no Boletim Económico (Inverno 2007) desta instituição. Os resultados apontam no sentido de se obser-

varem menores taxas de criação e destruição de emprego em países com maior rigidez na legislação laboral. O processo de criação de emprego pode ser dividido entre empresas que expandem a sua força de trabalho e novas empresas, assim como o processo de destruição de emprego pode ser dividido entre empresas que contraem a sua força de trabalho e as empresas que saem do mercado. Neste processo, é interessante notar, confirmando um facto estilizado das economias desenvolvidas, que o aumento da taxa de desemprego verificado nos últimos anos na economia portuguesa está associado a um abrandamento das taxas de criação de emprego, já que a taxa de destruição de emprego terá mesmo caído, ainda que ligeiramente.

Este último facto contraria o senso comum que atribui à globalização um aumento do desemprego, por via da subida das taxas de destruição de emprego. Daí que, segundo o referido estudo, o actual enfoque legislativo, que privilegia a colocação de entraves ao processo de destruição de emprego é não só ineficaz (não evita a destruição), como ineficiente (reduz o processo criativo de afectação eficiente dos recursos). A dimensão empresarial desempenha também um importante papel no processo de criação e destruição. Geralmente, empresas de maior dimensão tendem a ter maior capacidade de reacção a choques económicos sem ajustarem o nível de emprego, assim como eventuais ajustamentos no seu processo produtivo têm maior peso no total da economia. Assim, é evidente que as empresas de menor dimensão não só apresentam as maiores taxas de criação e destruição de emprego, como são as que mais contribuem para o total do processo de reafectação de emprego na economia. Os dados mostram que as empresas com menos de 50 trabalhadores são responsáveis por cerca de $\frac{3}{4}$ na criação e na destruição de emprego, percentagem bastante superior do seu peso no emprego total da economia.

Em termos estatísticos, a métrica da taxa de emprego é a *média*, medida que não reflecte o real impacto na distribuição dos desempregados. A média é um valor complexo, porque calculado a partir de todas as observações; tem o inconveniente de a tornar muito sensível aos valores erráticos, podendo ser empurrada para os extremos do intervalo por valores excessivamente altos ou baixos. Por isso, em termos metodológicos, a medida da *taxa de desemprego com idades variáveis (TDIV)* é mais adequada para a avaliação do impacto da evolução demográfica no desemprego da economia. A *TDIV* é uma taxa que mede as variações no desemprego induzidas pela alteração na composição da população activa, calculada como a média ponderada das taxas de desemprego de cada grupo etário observadas, em que os pesos são a proporção de cada grupo etário na população activa. A taxa de desemprego em Portugal, reportada ao início do corrente ano, era da ordem de 7,6 por cento, em termos médios. O cálculo da *TDIV* mostra que a taxa de desemprego do grupo etário com mais de 35 anos de idade – representando $\frac{2}{3}$ da população activa – era de 5,5 a 6 por cento. A média geral era, assim, agravada pelo desemprego do grupo etário dos 25 aos 34 anos de idade, com uma taxa de 9,3 por cento e, sobretudo, pelo desemprego

do grupo etário mais jovem (dos 15 aos 24 anos) com uma taxa de desemprego de 16,8 por cento.

Este comportamento do mercado de trabalho em Portugal é coincidente com o que se observa noutras economias. Geralmente, as taxas de desemprego e de participação dos jovens são muito mais sensíveis ao ciclo económico do que as dos outros grupos etários. Os jovens têm taxas de desemprego mais elevadas porque têm uma maior probabilidade de se tornarem desempregados, ao mesmo tempo que têm uma duração média de desemprego bastante menor do que a dos adultos. Assim, quer a evolução da estrutura etária da população, quer a evolução da taxa de participação do grupo etário mais jovem, tem implicações na taxa de desemprego.

Há um outro problema, frequentemente relevado, que é apontado como factor crítico para o desemprego dos portugueses: a imigração da mão-de-obra. O facto é que o recente relatório produzido pela União Europeia, sob o tema “*Migração e Integração Social dos Imigrantes*”, rebate essa ideia, explicitando: “*os imigrantes ocupam lugares frequentemente considerados não atractivos ou compensadores pela maioria da população activa do país de acolhimento e exprimem piores condições de vida do que os cidadãos europeus que vivem nas mesmas zonas, particularmente em relação ao trabalho e à habitação*”.

O problema mais preocupante da imigração de mão-de-obra é que ela não concorre exclusivamente no trabalho pouco qualificado e de baixo estatuto social. Como refere Pierre Giraud, a análise que explica o aumento das desigualdades laborais, assente na distinção entre trabalho *qualificado* e trabalho *não-qualificado*, e que conclui que a globalização atinge sobretudo este último estrato, é uma análise incorrecta. O trabalho competitivo altamente qualificado pode também ser vítima da globalização. Um trabalhador competitivo é o que, em virtude daquilo que produz, está em competição com outros trabalhadores situados em outros territórios e que pode perder o seu emprego se a sua competitividade diminuir em relação aos outros. É esta classificação que permite compreender melhor entre que sectores aumentam as desigualdades. Assim, é mais correcto substituir a classificação tradicional do trabalho “*não qualificado*” e trabalho “*qualificado*” pela classificação trabalho “*protegido*” e trabalho “*competitivo*”. O *trabalho protegido* é aquele que, no seio de um território, só está em competição com outros trabalhadores situados no mesmo território, na produção de bens e serviços não sujeitos à competição internacional. O *trabalho competitivo* é aquele que, no seio de um território, está sujeito à competição com o trabalho originário de outros territórios. Portanto, o trabalhador que se mantém no seu território é porque é capaz de suportar a competição dos trabalhadores competitivos situados em outros territórios. A alternativa é mudar-se do seu território e desenvolver-se nos outros mercados de trabalho.

A decomposição sectorial do emprego em Portugal mostra algumas vulnerabilidades, em termos competitivos, em três sectores – agricultura/pesca, construção e comércio – que, no seu conjunto, responde por cerca de 45 por cento

do emprego total. Efectivamente, é nestes sectores que os trabalhadores portugueses estão sujeitos a uma maior competição dos trabalhadores imigrantes. Esta situação é confirmada pela decomposição do emprego, por situação na profissão, permitindo constatar que quase 70 por cento da população activa empregada corresponde, maioritariamente, a agricultores, pessoal comercial, operários, operadores de instalações e trabalhadores não-qualificados. E, mais grave ainda, a fraca percentagem do nível de ensino completo da população empregada, não chegando a $\frac{1}{4}$ a que possui o ensino secundário ou superior. Este quadro estrutural do emprego em Portugal, recomenda a necessidade de uma maior capacidade de ajustamento dos salários às condições do mercado de trabalho, no sentido de aumentar o potencial de crescimento da actividade e, conseqüentemente, a minimizar o aumento previsível da taxa de desemprego no futuro próximo.

Muitos políticos com assento parlamentar são, simultaneamente, académicos e professores de méritos reconhecidos. Por razões óbvias estão por isso mais responsabilizados, em termos éticos e deontológicos, pelas posições que tomam. O problema do desemprego é demasiado sério para ser manipulado ao sabor das conveniências das correntes políticas, independentemente dos matizes que revisitam. Os eleitores podem estar distraídos, mas a sociedade científica está atenta.

* * * * *

Esta edição n.º 8 de "*Lusíada – Economia & Empresa*", inclui um leque de temas variado com contributos teóricos e empíricos quer no domínio da economia e do mercado de capitais, quer com estudos nos sectores do turismo e dos serviços, como também com investigações sobre o sector da educação pública e da gestão do capital humano nas empresas; inclui ainda um artigo final sobre teorização matemática. Complementa a estrutura da revista um apêndice sobre os últimos resultados do *Observatório da Produtividade Empresarial*, com incidência no *cluster* do turismo.

No domínio da economia, o primeiro artigo, intitulado *Da relevância da componente psicológica na evolução futura da Economia Portuguesa*, procura analisar os desafios que se colocam à economia portuguesa, num quadro de implementação de uma política de rigor orçamental que se procura conciliar com a realização de reformas estruturais e com a inversão de um "ciclo para-recessionista" ou, numa perspectiva mais optimista, de crescimento lento da economia nacional. Pretende-se chamar a atenção para a necessidade de conciliar as reformas estruturais com a expansão sustentada da economia e com o respeito de critérios de rigor nas Finanças Públicas. O segundo artigo, com o título *Divulgação de resultados anuais e rendimento de acções*, analisa empiricamente o efeito da divulgação do resultado líquido contabilístico anual no mercado bolsista português, examinando, particularmente, o comportamento dos preços das acções quando a divulgação de resultados é feita pelos gestores e quando da assembleia geral anual das empresas.

Em termos sectoriais, o texto *Turismo e desenvolvimento local* pretende demonstrar a importância de uma estratégia de turismo sustentável para o desenvolvimento local, de modo a constituir uma forma eficiente de promoção das regiões menos favorecidas. Focado no estudo de um caso (concelho de Reguengos de Monsaraz) o trabalho desenvolvido permite compreender as participações, envolvimento, estratégias, políticas e processos de decisão relacionados com o desenvolvimento do turismo sustentável na região estudada. O artigo seguinte, intitulado *A relevância da qualidade e da inovação nos serviços*, releva a importância do sector dos serviços como principal criador de riqueza e de emprego nas economias desenvolvidas. Tomando a inovação como factor-chave da competitividade, o artigo é suportado num trabalho que complementa uma primeira abordagem de natureza conceptual com um estudo empírico aplicado ao sector dos serviços, focada no binómio qualidade/inovação.

Na investigação com foco nos recursos humanos, o artigo intitulado *O retorno fiscal do investimento público na educação* evidencia que, no mercado de trabalho, os indivíduos mais instruídos e, conseqüentemente, melhor remunerados estão sujeitos a uma carga fiscal superior, o que permite ao Estado recuperar o investimento efectuado na sua educação no ensino público. Através de estudos de casos, demonstra-se também que a rendibilidade da educação é fortemente condicionada em Portugal pelos níveis de abandono e que caso este factor desperdício se situasse no nível médio do verificado nos países da UE, a rendibilidade mais que duplicaria o investimento na educação. O artigo seguinte com o título *A contabilização do capital humano como um problema de propriedade*, pretende mostrar que a contabilização do capital humano pode ser perspectivada como um problema relacionado com a propriedade do capital humano e com a propriedade da empresa. De acordo com a análise efectuada esse problema pode resultar de não estar claramente definida de quem é a propriedade do capital humano ou, sendo clara essa propriedade, de a sua contabilização reduzir o peso do capital próprio no financiamento da empresa. Pode resultar, ainda, do papel simbólico da contabilidade relativamente à propriedade da empresa.

O último texto desta edição tem como título a *Modelação de redes probabilísticas para diagramas de influência*. O artigo aborda a construção de redes probabilísticas, envolvendo diferentes procedimentos. O estudo, em que se suporta, utiliza técnicas de modelação aplicadas a problemas de decisão em várias áreas com recurso a um *software* conveniente.

Esta a contribuição para este ano de *Lusíada – Economia & Empresa*. Devemo-la a todos quantos com o seu saber e disponibilidade tornou possível esta edição, que esperamos seja bem acolhida pelos leitores.

O DIRECTOR

José Eduardo Carvalho